



FORMAÇÃO DE PROFESSORES: POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM QUESTÃO NO BRASIL

Ana Clara Meira de castro ¹;

Letícia Cruz Silva ².

RESUMO: O presente estudo procura analisar a formação de professores no âmbito nacional. Nesse sentido, os fundamentos teóricos trataram-se especialmente da leitura de artigos, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as leis e decretos do Brasil, entre outros conhecimentos importantes para o progresso no âmbito acadêmico e suas produções de pesquisas. Ademais, o Plano Nacional de Educação – PNE é necessário, em vista, da importância de suas metas e objetivos, a fim, de direcionar o curso da educação para melhores condições, conseqüentemente, a esse fator ocorrerá um melhor oferecimento de educação. Portanto, o presente trabalho contribuiu para elucidar acerca das políticas de formação dos docentes, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como referencial de entendimento das leis educacionais, seus objetivos e metas, auxiliando no maior desenvolvimento de conhecimentos educacionais proveitosos para as licenciaturas.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil; Docentes; Formação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo procura analisar a formação de professores no âmbito nacional. Dessa maneira, surgiram indagações que permitiram o direcionamento desta pesquisa: O que permitiu a determinação das leis associadas ao procedimento de formação de professores no ensino básico no Brasil, assim como, o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em relação à formação dos docentes e a instauração do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista. Brasil. Endereço Eletrônico: anacastro2124@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista. Brasil. Endereço Eletrônico: leticacruz3074@gmail.com



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



PROEX
Pró-Reitoria de
Extensão e Assuntos
Comunitários



(PARFOR), nesse sentido, elas foram concebidas para a produção do relatório acadêmico em seu primeiro estágio.

A inspiração para este trabalho surgiu a partir da solicitação de Santana (2022), que na condição de professor orientador da disciplina de Política Educacional I, provocou a discente do curso de pedagogia, a fim de desenvolver pesquisas de valor acadêmico, acerca da formação e políticas de professores no Brasil, para elucidar o que as leis determinam referente à formação dos docentes e como elas estão sendo atendidas pelo governo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada mediante a abordagem qualitativa, se caracterizou pela revisão bibliográfica, através de documentos, artigos e leis que garantem políticas públicas referentes à formação continuada de docentes, com o intuito de promover uma educação de qualidade aos espaços educacionais.

Ademais, os documentos que serviram de coleta de dados e informações auxiliando o progresso do trabalho são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica (PARFOR). Assim, esses documentos foram utilizados, tendo em vista, o seu teor educacional e contribuição na formação dos docentes.

Dessa maneira, a escrita do trabalho recorre especialmente às contribuições teóricas de teóricos e reflexões das leis promulgadas pelo Estado brasileiro, com o objetivo de fortalecer o sistema educacional através da qualificação dos docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação do docente tem grande destaque nas discussões das políticas educacionais, proporcionadas pela inserção nas políticas públicas promovidas pelos Estados Nacionais. Desse modo, relaciona-se o Estado, as políticas públicas e educacionais com a produção do sistema capitalista, aos quais apresentam intervenções no âmbito educacional das instituições e na formação da concepção humana,

direcionando para a qualificação de mão de obra especializada necessária para a operação do capital.

Nesse viés, é possível notar que a formação do professor é complexa, tendo em vista, a existência de diversos fatores como sociais, políticos e econômicos envolvidos no processo que refletem nas práticas pedagógicas e na qualidade da educação. Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional no cenário brasileiro, assim, no art. 62 diz que:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.” (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, além da LDB determinar a graduação do docente em curso superior, ela oferece oportunidades para o processo de formação do educador citadas nos parágrafos (1º, 4º e 5º) do art. 62 da lei nº 9.394/96, que estipula que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios devem proporcionar a formação inicial e constante do desenvolvimento dos profissionais do magistério, além disso, eles têm de aplicar mecanismos de acessibilidade e permanência no curso e incentivar o prosseguimento da graduação por meio de programas institucionais de bolsas de iniciação a docência. Ademais, o Plano Nacional de Educação – PNE possui metas voltadas à formação dos docentes no ensino superior, especificamente as metas 15 e 16.

Ademais, o Ministério de Educação, por meio do Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 formalizou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Nesse sentido, foi estabelecida cooperação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de garantir aos profissionais educacionais atuantes no setor público de Educação Básica consigam a formação exigida na LDB 9.394/96 (Art. 61, 62 e 63). Desse modo, o principal intuito do PARFOR é que os docentes em sua atividade no setor público consigam se regulamentar por formações a fim de cumprir o que é exigido pela LDB.

Ademais, de acordo com o pesquisado e com dados recolhidos do PNE (2014 – 2024), o Brasil apresenta 50%, da meta de atendimento do indicado pelo PNE, porém a meta prevista é 100%, ressaltando-se que este plano estará em vigor até o ano de 2024, assim, estipula-se que o país infelizmente não atenderá as determinações estipuladas pelo



PNE. Desse modo, evidencia – se que a formação de docentes proposta pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o atendimento da meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (PNE), não será atingida até 2024.

CONCLUSÃO

O presente trabalho contribuiu para elucidar acerca das políticas de formação dos docentes, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como referencial de entendimento das leis educacionais, seus objetivos e metas, auxiliando no maior desenvolvimento de conhecimentos educacionais proveitosos para as licenciaturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. **Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.** Disponível em: Decreto nº 6755 (planalto.gov.br). Acesso em: 26 de agosto de 2022.

BRASIL. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. **Relatório de Gestão PARFOR.** Brasília, 2013. Disponível em: 1892014-relatorio-parfor-pdf (www.gov.br). Acesso em: 30/08/2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. (Texto atualizado). Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

BRASIL. MEC/CNE. **Plano Nacional de Educação. 2014.** Portal MEC. Disponível em: PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - PNE (mec.gov.br). Acesso em: 26 de agosto de 2022.